

**POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONSTRUINDO UMA
POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE QUALIDADE
VOLTADA PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

BARBOSA, Jane Rangel Alves – Universidade Castelo Branco/UCB
Centro Universitário de Volta Redonda/UNIFOA
Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro/ISERJ
janerangel@globocom.com

PASSOS, Alvaro Mariano dos – SEEDUC/RJ
alvarompasos@ig.com.br

RESUMO

Na sociedade contemporânea, as rápidas transformações no mundo do trabalho, o avanço tecnológico e os meios de informação e comunicação incidem fortemente na “escola”, aumentando os desafios para torná-la uma conquista democrática efetiva. Nesse contexto, transformar práticas e culturas tradicionais e burocráticas das escolas, não é tarefa simples nem para poucos. Na verdade, o desafio é educar crianças, jovens e adultos, proporcionando-lhes um desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para enfrentar às exigências do mundo contemporâneo. O presente trabalho analisa criticamente a trajetória das políticas públicas e das reformas para a educação profissional no Brasil, empreendidas a partir da década de 90, visando evidenciar as principais mudanças, assim como compreender a institucionalidade conferida em cada contexto e focalizando as ocorridas mudanças, bem como suas conseqüências na gestão educacional e na formação docente. Nesta perspectiva, o estudo voltar-se-á para a análise da educação profissional no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, destacando a sua importância e também a sua implementação como fator de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais. Educação Profissional. Cidadania.

1. Introdução

A sociedade contemporânea vive um momento de transição, com repercussões em todos os âmbitos da sociedade. Mudanças sociopolíticas e científicas tecnológicas requerem uma proposta educativa que atenda às necessidades das crianças, jovens e adultos, preparando-os para uma atuação social relevante não só do ponto de vista profissional, mas, também como cidadãos, um projeto educacional que possibilite um acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos, capazes de ampliar e enriquecer a interpretação de mundo dos sujeitos.

O desafio é educar crianças, jovens e adultos, proporcionando-lhes um desenvolvimento humano, científico e tecnológico, de modo que adquiram condições para enfrentar as exigências do mundo moderno. No contexto atual das políticas educacionais, a educação profissional e tecnológica guarda estreita relação com os processos de socialização e de construção da cidadania. Assim a educação profissional e tecnológica como fator de desenvolvimento humano e inclusão, social, cultural e produtiva passa a ter um papel fundamental na construção de projetos culturais, sociais e políticos de caráter coletivo fundamentados na democracia, na cidadania, na igualdade de direitos e na dignidade humana.

Nessa perspectiva a educação profissional e tecnológica precisa se abrir à interação e ao diálogo com diferentes culturas, com diferentes formas de conhecimento e de desenvolvimento tecnológico, com as realidades de distintas regiões, países e continentes, tendo em vista a construção de nova ética planetária (FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2009).

Para cumprir tal papel ela precisa desenvolver diálogos que envolvam os campos da educação básica, do trabalho, da ciência, da tecnologia, da cultura e da inovação pautada nos direitos humanos e de cidadania. Para isso precisa promover e desenvolver diversos diálogos, em resposta à diversidade cultural, às necessidades dos sujeitos e de suas comunidades, à integração dos diferentes saberes que possibilitarão a formação integral dos sujeitos. Isso também se apresenta como condição necessária para que a educação profissional e tecnológica supere a racionalidade instrumental que vem limitando ser uma educação justificada estritamente pelas demandas do mercado.

A educação profissional e tecnológica passa por uma grande transformação graças às decisões do governo atual que demonstra profunda compreensão do seu valor estratégico para o desenvolvimento do país por esta razão, nos últimos anos esta em curso um vigoroso plano de expansão da oferta e melhoria da qualidade da educação brasileira.

Assim, a educação profissional e tecnológica está convocada não só para atender as novas configurações do mundo do trabalho, mas também, para contribuir com elevação da escolaridade dos trabalhadores em geral. Nessa direção a atual conjuntura histórica é extremamente favorável à transformação da educação profissional e tecnológica em importantes estratégias da produção científica e tecnológica nacional, principalmente porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico.

Diante do exposto, este estudo tem por objetivos destacar a importância da educação profissional como um fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial e apresentar uma experiência desenvolvida em uma unidade de ensino Faetec, na Baixada Fluminense/RJ. Busca responder a seguinte questão: a formação inicial e continuada realmente oportuniza formação especializada para ingresso no mercado de trabalho em curto prazo? Assim, o estudo é resultado de nossas reflexões no contexto da investigação e de espaços conjuntos de trocas de experiências profissionais, entendendo a educação como alavanca da sociedade do conhecimento e instrumento de desenvolvimento da cidadania plena.

2. Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

No Brasil, o Governo começa a empreender a reforma da educação média e profissional, a partir de 1994, caracterizada pela desvinculação entre ensino “acadêmico” e “técnico” e pela modelação do “ensino técnico”. O modelo proposto de caráter privatista reforçou, de um lado, a dualidade que tem historicamente marcado a educação brasileira e, de outro, a preparação da força de trabalho para o mercado. A LDB/96 (Lei Nº 9394/96) modificou a organização da educação em todos os âmbitos dos sistemas públicos de educação, dando prioridade ao ensino fundamental, obrigatório e gratuito para todos. Assim, a Lei deixa a educação profissional fora do capítulo que trata do ensino médio, sendo a mesma remetida para um capítulo específico, no qual lhe é conferido o status de “modalidade” não regular de ensino, afirmando-se o seu desenvolvimento de forma articulada ao ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada.

Como o financiamento da educação profissional não consta entre as atribuições da União, essa questão permaneceu em aberto para definições futuras. No período de 1996-2006, os (des) caminhos da educação profissional e tecnológica revelam que não

conseguimos fomentar uma política pública que traga em seu cerne o desenvolvimento integral dos sujeitos envolvidos no processo educativo, ou seja, o professor e aluno. O Decreto Nº 2.208/97 regulamentou a política para a educação profissional, separando-a do ensino médio, reduzindo a formação técnica a complemento da educação geral. A partir desse momento, a educação profissional passou a pertencer a três níveis de formação: básico, técnico e tecnológico, articulada com o ensino regular.

Olhando rapidamente para um passado recente, identificamos boas expectativas e muitas inquietações neste campo, configuradas a partir da promulgação da última LDB (Lei Nº 9394/96) e da publicação do Decreto Nº 2.208/97, que foi revogado pelo Decreto Nº 5.154/04. Isto porque a educação profissional perde seu status de “nível” de ensino para tornar-se uma modalidade de ensino. Neste aspecto, a LDB, no artigo 39, propõe a integração da educação profissional “às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência, à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva”.

Para os que defendiam a proposta contida na atual LDB/96, o formato curricular de educação profissional encontrava-se limitado a uma legislação inflexível, no que se refere à oferta de cursos e não respondia às mudanças no mercado de trabalho flexível e competitivo. Mas, a Lei Nº 10.172/2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, apresentou um diagnóstico de educação e traçou diretrizes para a educação profissional, que reproduzem e sintetizam os argumentos utilizados pelo Governo anterior para a implantação do modelo proposto ao setor, e tem como eixos centrais dos objetivos e metas a implantação da reforma da educação profissional, a integração e o controle das iniciativas existentes nessa área, a generalização das oportunidades de formação para o trabalhador com a flexibilidade necessária ao atendimento das necessidades dos mercados regionais e a flexibilização da formação do pessoal docente. O Governo Lula, em busca de uma resposta conciliatória à resistência manifestada ao Decreto Nº 2.208/97, aprovou o Decreto Nº 5.154/04, que readmite ao conjunto de escolas médias no País a possibilidade de integrar o ensino médio e a educação profissional. No entanto, essa integração ficou a critério das escolas, dos sistemas, das redes de ensino, e trazendo implicações à prática. Nesta retrospectiva, primeiramente, ao ampliarmos nosso olhar sobre a educação profissional e suas possibilidades de articulação com a educação básica, concluímos, que efetivamente, o que ocorreu foi uma gradual e contraditória dissociação entre o ensino profissional técnico e o ensino médio, favorecida pelo Decreto Nº 2.208/97, ora revogado, mas que, em seu

artigo 5º, delimitava que “*a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este*”.

As conseqüências deste processo para a formação do trabalhador brasileiro foram reveladas em diversos estudos, destacando-se o de Frigotto e Ciavatta (2006, p. 47) que assim demonstram sua preocupação:

A reforma e as políticas educacionais da década de 1990 caracterizam-se por profunda regressão, com outras roupagens, ao pensamento educacional orientado pelo pragmatismo, tecnicismo e economicismo. O projeto educacional do capital, dirigido interna e externamente pelos organismos internacionais, tornou-se a política oficial do Governo.

Embora admita o ensino integrado, Frigotto et al (2005) pode-se afirmar que a nova regulamentação, não rompeu com a “*institucionalidade*” construída na Reforma anterior, permanecendo vigentes os seus princípios, a sua forma, bem como a predominância de alternativas de ensino (médio e técnico) desvinculadas. A própria reestruturação do MEC em 2004, por meio da qual em lugar da SEMTEC a estrutura passou a compor-se da Secretaria de Educação Básica, para tratar das políticas relativas ao ensino médio, e da Secretaria de Educação Profissional, refletindo a permanente cisão entre esses dois tipos de ensino, inclusive na condução das políticas. Mesmo após oito anos de publicação do Decreto Nº 5.154/04, identificamos pouquíssimas mudanças em âmbito estadual voltadas para a (re)articulação da educação profissional técnica e o ensino médio. Porém, identificamos exceções no nível federal por meio dos CEFET's. A publicação do Decreto Nº 5.154/04 não implicou, no nosso entendimento, o abandono dos princípios que regiam o decreto revogado por este, tendo em vista continuar permitindo tanto a organização de cursos que integram ensino médio e técnico quanto à estruturação dos cursos completamente separados, tratando de resolver somente a questão do impedimento da integração entre ensino médio e técnico, sem, contudo, eliminar o modelo que os torna independentes, como revela o artigo 4º, em seu parágrafo primeiro do referido Decreto.

Destacamos também outra semelhança entre os Governos anterior e atual, encontra-se na convergência das medidas adotadas por ambos no sentido de alinhar a política para a educação profissional no país a modelos propostos por organismos internacionais. Tal tendência se expressa nas ações financeiras do BID assim, o Decreto Nº 5.154/04 reforça nossa preocupação, ao indicar que a educação profissional será desenvolvida também por meio de cursos e programas de: “*III – educação profissional*

tecnológica de graduação e pós-graduação”. Estes, por conseguinte. *“organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo única e exclusivamente com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação”*, a partir dos Pareceres N° 436/2001 e N° 29/2002, culminando com a Resolução CNE/CP N°3 /2002. Os equívocos na legislação contribuíram para que a educação tecnológica passasse a ser questionada pela sociedade civil, principalmente porque muitos dos cursos deste nível foram planejados e executados em todo o país à luz dos cursos de bacharelado, reduzindo-se apenas à carga horária e às disciplinas, dentre outros aspectos. É possível concluir que o mercado da educação superior utilizou-se das incongruências na legislação que rege os cursos superiores de tecnologia, pondo em risco a qualidade da formação dos futuros tecnólogos. Muitos foram e são os questionamentos advindos dos cursos superiores de tecnologia surgidos pós-LDB, principalmente quanto à qualidade da educação que está sendo proposta e desenvolvida pelas instituições superiores.

A retomada do processo de Estruturação da Educação Profissional e Tecnológica pelo atual Governo tem por base os seguintes pressupostos: assumir como estratégico papel da educação como um todo, e, especialmente, da educação profissional e tecnológica para o desenvolvimento econômico e social sustentável do País, notadamente de âmbito local e regional; buscar alcançar uma configuração ocupacional das Qualificações Profissionais e Tecnológicas compatíveis aos anseios de desenvolvimento do País; instituir a Rede Nacional da Educação Profissional Tecnológica integrante dos Sistemas Federal e Estaduais/Municipais de Educação como instância referencial e aglutinadora de todos os agentes sociais envolvidos (PROJETO DE LEI DO PNE-2011/2020).

Cabe à educação profissional e tecnológica, no contexto dos atuais desafios que se lhe apresentam, desenvolver diálogos com os campos da educação básica, de trabalho, da ciência, da tecnologia, da cultura e da inovação. Tudo isso em resposta à diversidade cultural, às necessidades dos sujeitos e de suas comunidades, à interação dos diferentes saberes que possibilitarão a formação integral dos sujeitos.

3. A FAETEC e a Educação Profissional

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec), vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, é responsável pela implementação da política de educação profissional no Estado e em consonância com o governo federal, concebeu a

qualificação como uma construção social, fazendo um contraponto àquela política que se fundamenta na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como derivação das exigências dos postos de trabalho (PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO – PNQ/ 2003-2007).

Criada em 1997, a Faetec administra uma rede com sete Institutos Superiores de Educação, quatro Institutos Superiores de Tecnologia, quinze Escolas Técnicas de Nível Médio, cinquenta e quatro Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEPs) e três Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTS).

A Faetec foi mantenedora do Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO), de 2006 a 2009, que integra o saber acadêmico às inovações tecnológicas, oferecendo cursos focados em tecnologia de produção de fármacos, polímeros e siderurgia; na gestão em construção naval e *offshore* e em sistemas de informação e biotecnologia. Como também, ministra cursos de formação inicial e continuada nos CETEPs. São cerca de trezentos cursos nas áreas de indústria, comércio, idiomas, informática, meio ambiente, recursos pesqueiros, turismo, gestão, saúde, lazer, química e telecomunicações, entre outras. Além dos cursos presenciais, a Faetec, na modalidade de Educação a Distância, oferece os seguintes cursos semipresenciais: Manutenção de Eletroeletrônicos, Bombeiro Hidráulico, Básico em Eletricista Predial, Montagem e Manutenção de Microcomputadores, Auxiliar de Escritório, Operador de Telemarketing e Promotor de Vendas.

Oferecidos em diferentes comunidades fluminenses, os projetos de inclusão social e tecnológica, conhecidos como “Cursos de E@D”, têm por objetivo atender às demandas regionais de mercado; suprir a inexistência de mão-de-obra qualificada e, sobretudo, promover a inclusão social por meio da qualificação profissional. Os cursos na modalidade a distância exigem que o candidato tenha o mínimo de 17 anos e que tenha concluído o 9º ano do Ensino Fundamental. Duram, em média, de 14 a 18 semanas e são destinados a pessoas que buscam capacitação profissional para inserção no mercado de trabalho ou atualização profissional. Cada unidade oferece 420 vagas a cada período, somando 60 vagas por curso, em três turmas de 20 alunos cada.

Os cursos possuem a seguinte organização: Módulo I – subdividido em 1) Alfabetização Digital, que consta da apresentação dos componentes do computador, as principais características e ferramentas de comunicação da internet (envio de mensagens eletrônicas e recursos básicos de pesquisa) e os recursos básicos de editor de textos; 2)

Prática de leitura, que trabalha o aperfeiçoamento das habilidades leitoras dos alunos, considerando que ler e compreender são fundamentais nos dias de hoje; Módulo II – Capacitação em, temas tais como: ética, empreendedorismo e segurança do trabalho. Módulo III – Específico para cada curso.

Nesse ambiente virtual, o aluno acompanha as aulas, tem acesso às informações, compartilha o aprendizado e dúvidas com os demais participantes, por meio de ferramentas como: fórum, chat, calendário, notícias, glossário, bibliografia, entre outras, de forma interativa, construindo o conhecimento. O material impresso é gratuito para que o aluno possa estudar no horário e local de sua preferência. Exige-se a frequência ao pólo para realização de aulas práticas, uma vez por semana.

Para verificar a empregabilidade dos egressos dos cursos de formação profissional inicial e continuada, presenciais e semipresenciais, foi criado o Serviço de Orientação Profissional (SOP), que pelo cadastro faz o intercâmbio com o setor produtivo.

Considerando as questões da globalização, o Plano Nacional de Qualificação (2003-2007) e os dados disponibilizados pela Assessoria de Comunicação da Faetec (ASCOM), observamos que a qualificação profissional começa a ganhar significado e importância. De um lado, o crescimento do desemprego e a heterogeneidade das formas de trabalho decorrentes do modelo neoliberal; de outro, a introdução de novas tecnologias e técnicas gerenciais, inerentes aos processos de reestruturação produtiva, estabelecendo novos tempos, novas práticas, novas qualificações e competências profissionais para que se possa alcançar desenvolvimento econômico com desenvolvimento social.

Os objetivos político-pedagógicos vão além do ajustamento do aluno à escola, à família e à sociedade, e sim à formação do cidadão para uma participação mais consciente do mundo em que vive. Assim, Santos (2008, p.63) enfatiza com segurança que:

Uma nova postura educacional surge. O mundo contemporâneo exige que os homens de seu tempo tenham competências que os tornem capazes de atuarem com flexibilidade e criatividade, num universo de informações permanentemente renovadas. A educação comprometida com o “formar” leva o educando ao pleno exercício de seus direitos e deveres de cidadão.

Nessa direção, há necessidade de nos inserirmos em uma nova abordagem de educação, voltada para a construção de um cidadão que esteja mais comprometido com seu tempo e sua gente, sabendo desenvolver-se com autonomia.

A prática político-pedagógica, em uma instituição da Rede Faetec/RJ, evidencia alguns aspectos importantes para entendimento de que as ações de formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica devem compor uma política pública, que envolva o comprometimento do Estado com o direito à educação de qualidade para todos.

Sendo assim, o grande desafio para nós educadores, não está relacionado ao como ensinar, mas ao como ensinando e aprendendo produzir efeitos formadores da personalidade, processos da instrução e da educação que conduzam a humanidade a sua emancipação.

4. O Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante – CETEP Belford Roxo

O Cetep-Belford Roxo iniciou suas atividades em 30 de janeiro de 2006. Foi criado para viabilizar o Convênio ASJU/SEE nº018/2005, firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Energia da Indústria Naval e do Petróleo (SEINPE); a Secretaria de Estado de Educação (SEE); o Município de Belford Roxo; a Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e o Instituto de Macromoléculas Professora Eloísa Mano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IMA/UFRJ).

Ocupa uma área do CAIC 1003 – Dona Darcy Vargas. Caracteriza-se como Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante por ministrar educação profissional técnica de nível médio, oferecendo curso técnico em polímeros (transformação plástica) e cursos de formação inicial e continuada presenciais, tais como: Informática, Montagem e Manutenção de Micros, Cursos Instrumentais de Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol), Curso de Português, Produção Textual e de Metrologia. E Cursos Semipresenciais (E@D): Manutenção de Eletroeletrônicos, Bombeiro Hidráulico, Básico em Eletricista Predial, Montagem e Manutenção de Microcomputadores, Auxiliar de Escritório, Operador de Telemarketing e Promotor de Vendas.

Considerando a realidade socioeconômica do Município de Belford Roxo, pode-se afirmar que o projeto de formação inicial e continuada veio ao encontro das necessidades da população, mais do que o curso técnico. Quantitativamente, de 2006 a 2009 (1º semestre) foram 4.083 (quatro mil e oitenta e três) alunos concluintes de diferentes cursos de formação inicial e continuada, presenciais e semipresenciais, contra 40 (quarenta) concluintes do Curso Técnico em Polímeros.

A constatação da realidade escolar dos candidatos aos cursos levou a Equipe Gestora do Cetec-Belford Roxo a elaborar um Projeto Pedagógico focado no papel

estratégico da Educação Profissional para o desenvolvimento social da região. Neste Projeto Político (2008), ressaltamos as concepções de educação, escola, gestão escolar, currículo, ensino, aprendizagem e avaliação, construídas com base na legislação vigente (Lei nº 9394/96), destacados nos seguintes itens:

- A) **MISSÃO DA U.E:** Contribuir para a qualificação profissional dos moradores da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, particularmente de Belford Roxo e adjacências, por intermédio de cursos de educação profissional, que possam promover o desenvolvimento das competências exigidas no mercado de trabalho.
- B) **VALORES DA U.E:** Além dos valores propostos pela Faetec, o Cetep-Belford Roxo valoriza: dignidade de apresentação para acesso e permanência na escola; Inovação e ousadia nos processos de ensinar e aprender; comprometimento e responsabilidade com todas as ações desenvolvidas pela escola; espírito de equipe, coletividade, nas relações de trabalho; entusiasmo docente e eficácia discente demonstrados pela frequência, participação e competência.
- C) **OBJETIVOS DA U.E:** Objetivo Geral: **a)** Possibilitar a formação profissional do cidadão belforroxense para participar ética, ativa e conscientemente da sociedade em que vive. **b)** Objetivos Específicos: Especializar, aperfeiçoar e atualizar jovens (a partir de 14 anos, cursando a 7ª série ou 8º ano do ensino fundamental) e/ou adultos trabalhadores, desenvolvendo competências e habilidades para a vida produtiva, individual e social; qualificar, reprofissionalizar, capacitar, instrumentalizar e atualizar jovens e/ou adultos trabalhadores, visando a inserção e/ou melhor desempenho no exercício do trabalho; promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, assegurando a formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas no setor produtivo; qualificar jovens e/ou adultos trabalhadores para a vivência humana em que as ações diárias sejam pautadas pela Ética, posicionando-se com coerência, justiça, solidariedade e respeito em todas as dimensões do cotidiano.

No Cetep-Belford Roxo, a prática administrativa trata da formação do coletivo escolar e fundamenta-se nos princípios da gestão democrática e participativa, ressaltando-se a importância do grau de comprometimento e de responsabilidade por parte de todos os servidores aqui lotados com a construção da identidade da escola.

Nesta perspectiva, o texto do Projeto Pedagógico destaca a necessidade de constante avaliação crítica da Instituição e do contexto em que está inserida, pelo processo coletivo e participativo, visto que sem esta prerrogativa, a gestão democrática não se configura. Da mesma forma, a gestão escolar deve contribuir para a eficaz, efetiva e eficiente emancipação humana, tanto profissional quanto pessoal e social; concebendo, construindo, estimulando e desenvolvendo competências e habilidades de professores, alunos e funcionários. Melhorando-se a Unidade, melhora-se o seu entorno, e por contágio, melhora-se toda a Região.

No que tange aos cursos de formação inicial e continuada, presenciais e semipresenciais, observa-se que: 1) empregabilidade rápida para os egressos, ao contrário do que acontece com os alunos oriundos do curso técnico; 2) a maioria dos professores contratados ensina pela transmissão de conhecimento, ao contrário da formação para as exigências do mercado de trabalho; 3) o descompromisso e o despreparo educacional da maioria dos alunos com relação ao curso escolhido, pois todos os cursos exigem dedicação e estudo. Ainda com relação aos alunos, verifica-se um alto índice de evasão, que se justifica nos seguintes fatos: ausência de passagem e merenda escolar; estudantes com mais de 30 anos, donas de casa e aposentados, sem estudar há muito tempo, com dificuldade de aprendizagem imensurável; dificuldade em acompanhar as aulas após faltas consecutivas; grande dificuldade com leitura, interpretação e cálculos matemáticos; motivos pessoais (emprego, incompatibilidade com o horário das aulas), entre outros.

Apesar das dificuldades encontradas, a experiência tem oportunizado à Equipe Gestora do Cetep-Belford Roxo (2006-2011) trabalhar no sentido da ressignificação do modelo de competências, de modo que os egressos dos cursos de formação inicial e continuada possam atender não só a demanda do mercado de trabalho, que exige o acesso à tecnologia, mas também que possam adquirir a formação necessária que permita aos trabalhadores agir como cidadãos produtores de bens e de serviços e como atores na sociedade civil (DELUIZ, 1996).

Durante a realização dos “Cursos de E@D”, pudemos constatar que a experiência reforça a idéia da responsabilidade individual, na qual cada um deve compreender-se como sujeito de seu tempo e de sua história, sem que sejam necessárias forças exteriores de controle. Sendo assim, os cursos a distância possibilitaram aos jovens e adultos uma outra dinâmica com o processo de ensino-aprendizagem, além de: estimular a autonomia;

incentivar a atualização pessoal e profissional; promover a familiarização com as novas tecnologias e permitir rever as aulas quando necessário.

Concluindo, os “Cursos de E@D” da Faetec/RJ vêm ao encontro dos anseios profissionais da comunidade, pois, atendem as exigências do mundo do trabalho e promovem a empregabilidade. Assim também, o Cetep-Belford Roxo atende aos interesses da comunidade belforroxense, pois, oportuniza a qualificação de mão-de-obra e atende às demandas do mercado de trabalho local. Sugerimos a abertura de novos cursos; tais como: cursos de Mecânica de Automóvel; cursos de Fabricação de Sapatos (existe um pólo de calçados próximo); cursos de Auxiliar de Enfermagem; cursos de Culinária para Merendeiras, Auxiliares de Cozinha, Cozinheiras; cursos para o desenvolvimento de funções operacionais direcionadas a supermercados e à indústria de transformação em geral. Cursos que poderão possibilitar à população outras oportunidades no mercado de trabalho da Região.

5. Considerações Finais

No atual governo as políticas de educação profissional e tecnológica têm como foco a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Sem esquecer que responderão às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais e regionais.

A Faetec/RJ promoveu o crescimento da educação profissional no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, buscando cumprir sua missão precípua no que tange à oferta da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo. Como é possível notar, a ação governamental no sentido da valorização da educação profissional e tecnológica traz em seu bojo elementos de convergências e tensões entre as políticas de educação profissional e as propostas do Governo Federal.

Nessa perspectiva, a educação profissional e tecnológica guarda estreita relação com os processos de socialização e de construção da cidadania. Logo, como fator de desenvolvimento humano e de inclusão social, cultural e produtiva, a educação profissional e tecnológica, promovida na rede Faetec/RJ tem um papel fundamental na construção de projetos culturais, sociais e políticos de caráter coletivo fundamentados na democracia, na cidadania, na igualdade de direitos e na dignidade humana.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL/MTE, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Plano Nacional de Qualificação – PNQ**. 2003-2007. Brasília: MTE, SPPE, 2003.

BRASIL. **Projeto de Lei do PNE - 2011/2020**. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pne_projeto_lei1.pdf> Acesso em 30/01/2012.

CETEP-BELFORD ROXO. **Projeto Político e Pedagógico**. Votado e aprovado em assembleia em 2008.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998.

DELUIZ, Neise. A Globalização Econômica e os Desafios à Formação Profissional. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 22, nº 2, maio/agosto 1996.

FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. Relatório das conferencias e debates. Brasília, DF, novembro 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M: “**A Política de Educação Profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido**”. In: Revista Educação & Sociedade. v. 26, n. 92, Campinas, out, 2005.

FRIGOTTO, G.: Ciavatta, M. **A Formação do Cidadão Produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília, INEP, 2006.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Escola e Cia: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997.